



## MUNICÍPIO DE ALCOUTIM

ATA N.º 15/2012

*Da reunião pública ordinária da Câmara Municipal de Alcoutim*

*Realizada em 12 de setembro de 2012*

----- Aos doze dias do mês de setembro de dois mil e doze, nesta Vila de Alcoutim, Edifício dos Paços do Concelho e Sala de Sessões, reuniram-se, em reunião pública ordinária, os membros da Câmara Municipal, Excelentíssimos Senhores Francisco Augusto Caimoto Amaral, José D'Assunção Pereira Galrito, José Carlos da Palma Pereira, Osvaldo dos Santos Gonçalves e Hugo Miguel Gago Barradas, respetivamente Presidente e Vereadores do referido Órgão do Município, cuja ordem de trabalhos fica arquivada em pasta anexa. -----

----- **ABERTURA DA REUNIÃO:** - Verificando-se a presença da totalidade dos membros da Câmara, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião pelas onze horas, tendo a Câmara passado a ocupar-se do seguinte: -----

----- **APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR:** - O Senhor Presidente pôs à discussão a ata n.º 14/2012, da reunião pública ordinária realizada no dia 25 de julho de 2012, cujo texto foi previamente distribuído pelos membros presentes na mesma reunião. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida ata. -----

----- **FINANÇAS MUNICIPAIS:** - Foi presente o resumo diário modelo T-dois da Tesouraria (n.º177) respeitante ao dia 11 de setembro, que apresentava os seguintes resultados: -----

----- Total de Movimentos de Tesouraria - € 2.700.651,51 (dois milhões,

setecentos mil, seiscentos e cinquenta e em euros e cinquenta e um cêntimos). --  
----- Operações Orçamentais - € 2.338.516,91 (dois milhões, trezentos e  
trinta e oito mil, quinhentos e dezasseis euros e noventa e um cêntimos); -----  
----- Operações Não Orçamentais - € 357.524,02 (trezentos e cinquenta e  
sete mil, quinhentos e vinte quatro euros e dois cêntimos). -----  
-----

----- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:** Foi presente uma proposta  
pelo Senhor Vereador Osvaldo Gonçalves, a qual se dá aqui integralmente por  
reproduzida: “ *Licenciamento de Habitações Construídas até 1 de outubro de  
1979. Considerando a exigência estabelecida no regulamento Geral das  
Edificações Urbanas aprovado pelo Dec. Lei 38 382/1951 de 7 de Agosto, que  
abriga à emissão de licença de habitabilidade por parte da Câmara Municipal;  
Considerando que, não obstante a referida lei, a Câmara Municipal de  
Alcoutim só começou a cumprir esta obrigatoriedade a partir de 1 de Outubro  
de 1979; Considerando os constrangimentos burocráticos e excessivamente  
onerosos a que qualquer munícipe está obrigado para obter por parte da  
Câmara um licenciamento de uma habitação posterior a 1951; Considerando,  
que se nada fizermos, estaremos a transferir para os munícipes uma  
responsabilidade que é da Câmara; Considerando os pressupostos dos  
princípios gerais do Capítulo II do Código do Procedimento Administrativo,  
propõe a bancada do Partido Socialista, que a Câmara delibere no sentido de  
criar ato administrativo que conduza à liberalização ou isenção de licença de  
habitabilidade para as casas construídas até 1 de Outubro de 1979. Alcoutim,  
12 de setembro de 2012*”. -----

----- O Senhor Presidente mencionou que a proposta apresentada será  
analisada, e votada na próxima reunião. -----  
-----

----- O Senhor Presidente usou da palavra para manifestar o seu mais  
veemente repúdio, relativamente à tomada de posição da Assembleia Municipal  
de Vila Real de Santo António, através de proposta apresentada pelo Partido  
Socialista de Vila Real de Santo António, e votada por uma expressa maioria,  
que na sua opinião, só se pode tratar de uma “brincadeira de mau gosto”. Neste  
sentido, o Senhor Presidente apresenta uma moção que se passa a transcrever:  
“**MOÇÃO:** *O executivo de Alcoutim aprova por unanimidade uma manifestação  
de repúdio, pelo teor da moção apresentada pela bancada socialista da*

*Assembleia Municipal de Vila Real de Santo António e aprovada por larga maioria, visando a fusão dos 3 Municípios do Baixo guadiana: Vila Real de Santo António, Castro Marim e Alcoutim. Tal posição revela uma profunda falta de respeito para com as populações destes 3 concelhos, que têm há séculos a sua identidade, a sua história e a sua cultura. Esta decisão vai contra o sentir das gentes destes 3 Municípios que se encontram associados na “Odiana” e, aí sim, com respeito pela individualidade e autonomia de cada um, são aprofundadas matérias que interessam aos 3 Municípios. A classe política, seja ela qual for, tem que assumir as suas responsabilidades e cumprir os seus compromissos com o eleitorado e esta ideia “peregrina” de fundir os 3 Municípios, nunca fez parte de qualquer programa eleitoral de qualquer partido. O executivo de Alcoutim exige respeito para com os Alcoutenejos, para com os Castro-marinenses e para com os Vila-realenses e exige que a classe política assuma de um modo responsável e sério os compromissos com os eleitores.” -----*

*----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a moção. -----*

*----- O Senhor Presidente interveio manifestando o seu agrado, neste caso particular, pelo facto do Senhor Secretário de Estado da Educação ter escolhido em todo o país, a escola de Martim Longo para fazer a abertura oficial das aulas, e referiu que “ aproveitamos também a sua presença para inaugurar a escola que já existe há treze anos. Ao longo destes anos todos temos convidado mil e um membros do governo para inaugurar a escola e outros equipamentos, e nunca houve disponibilidade de nenhum membro dos governos anteriores para inaugurar obras em Alcoutim, apenas mostraram disponibilidade para colocar as primeiras pedras, por exemplo, da Ponte de Sanlúcar, do Hospital Central do Algarve, etc., etc., etc. E para além de nos regozijarmos com a vinda do Senhor Secretário de Estado, devemos lamentar também a falta de disponibilidade dos membros do governo, para inaugurar obras em Alcoutim. -----*

*----- O Senhor Vereador José Galrito usou da palavra referindo que “ é de facto estranho que nenhum dos membros dos governos anteriores nunca tivessem mostrado disponibilidade para virem inaugurar a Escola de Martim Longo, de qualquer forma, também não sei como foram efetuados os convites, se por escrito, ou através de telefonemas, não podemos condenar uma situação, que à*

*partida desconhecemos. Existem documentos que comprovem esses convites? Para que possamos estar de consciência tranquila, e dizer que foram convidados e não quiseram vir!” -----*

*----- O Senhor Presidente interveio e explicou que “ no caso particular das obras da Câmara Municipal, nomeadamente o Pavilhão Polidesportivo, as Piscinas Municipais e o Quartel dos Bombeiros, há documentos escritos e também foram efetuados contatos verbais para membros dos anteriores governos para virem inaugurar estas ditas obras. Mas relativamente à Escola de Martim Longo e ao centro de Saúde de Alcoutim, que não são obras da Câmara, mas sim do estado, cabe ao governo inaugurar a obra, é linear. No entanto, qualquer obra efetuada no litoral algarvio, é sempre inaugurada. Será que custa muito aos Senhores Ministros subir à serra para inaugurar uma obra? Ou será que somos considerados portugueses de segunda?”. -----*

*----- O Senhor Vereador José Carlos Pereira usou da palavra, e referiu que “ relativamente à tomada de posição da Assembleia Municipal de Vila Real de Sto. António, à proposta apresentada pela bancada do PS, também subscrita por alguns elementos do PSD, mas com a qual não posso concordar. E concordo plenamente, quando o Senhor Presidente refere que esta proposta só pode ser uma brincadeira de mau gosto, uma vez que nós, e é do conhecimento geral, no que diz respeito à reorganização administrativa, tomamos uma posição de repúdio sobre esse assunto, mas estes senhores agora vão mais além, querendo reorganizar os municípios através da sua unificação. Nós, Alcoutenejos não podemos concordar com esta tomada de posição. No que diz respeito à presença dos membros do governo aqui em Alcoutim na inauguração de obras, e independentemente da forma como são elaborados os convites, devia haver, pelo menos uma resposta, e isso nunca aconteceu. Durante anos, todos os convites que fizemos, nenhum foi aceite. Estas observações aplicam-se tanto aos governos PS como PSD. Concordo plenamente com a tomada de posição do Senhor Presidente relativamente à vinda do Senhor Secretário de Estado para a abertura do Ano Letivo, e à sua disponibilidade para descerrar uma placa de inauguração.” -----*

*----- O Senhor Vereador José Galrito usou da palavra, referindo “ Concordo plenamente com a intervenção do Senhor Vereador José Carlos Pereira, relativamente à tomada de posição à proposta apresentada na Assembleia Municipal de Vila Real de Sto. António, e é de facto uma brincadeira de mau*

*gosto, obviamente que o Partido Socialista de Alcoutim não concorda com esta tomada de posição, temos de defender o concelho de Alcoutim, a sua história, e aquilo que é nosso. Já no que se refere à presença do Senhor Secretário de Estado para a abertura do ano letivo da Escola de Martim Longo, devemos regozijarmo-nos com a sua vinda, contudo, devíamos ficar por aí. Estar a dizer que os membros dos outros governos não vieram porque não quiseram, não faz sentido, aprovo a moção proposta, se apenas se referir à vinda do Secretário de Estado. Refiro novamente que, não sei em que moldes foram efetuados os convites para a inauguração da Escola de Martim Longo, e, em treze anos, já passaram pelo governo muitos secretários de estado e muitos ministros.” -----*

*----- O Senhor Presidente interveio referindo que “ qualquer pessoa anónima que não está a par da situação, deve achar no mínimo muito estranho, que uma obra seja inaugurada ao fim de treze anos. Essas pessoas incógnitas têm de saber que tal facto se deveu à indisponibilidade total dos membros dos governos anteriores. A verdade tem de ser dita”. -----*

*----- O Senhor Presidente leu a moção, que se passa a transcrever: **“MOÇÃO: o executivo manifesta o seu regozijo por o Secretário de Estado do Ensino e da Administração Escolar, Dr. João Casanova de Almeida ter escolhido no País e escola de Martim Longo, Prof. Joaquim Moreira, para a abertura do ano escolar e ao mesmo tempo tenho acedido à solicitação do Município para a Escola que já se encontra em funcionamento há 13 anos. Por outro lado, o Município lamenta que durante mais de uma dúzia de anos, não tivesse havido disponibilidade de qualquer membro dos anteriores Governos para inaugurar a escola de Martim Longo, o Centro de Saúde de Alcoutim, ou o Quartel de Bombeiros de Alcoutim.” -----***

*----- O Senhor Vereador Osvaldo Gonçalves propôs que a moção fosse votada na próxima reunião, uma vez que existem divergências sobre a mesma. ---*

*----- A proposta foi aceite por unanimidade. -----*

*----- O Senhor Vereador José Galrito usou da palavra para fazer uma chamada de atenção à paginação do Jornal do Baixo Guadiana, relativamente a eventos no concelho de Alcoutim, quanto ao tamanho dos anúncios, que na maioria das vezes é minúsculo. -----*

*----- O Senhor Vereador José Carlos Pereira, usou da palavra referindo, que está completamente de acordo com a observação do Senhor Vereador José Galrito, e que em sede própria, já abordou esse assunto. -----*

----- O Senhor Vereador José Galrito interveio questionando quanto ao encerramento da Estação dos CTT de Alcoutim, e da Segurança Social de Martim Longo. -----

----- O Senhor Presidente usou da palavra e referiu que já foram efetuadas diversas reuniões, e que poderá haver um acordo entre os CTT e a Junta de Freguesia, mantendo o mesmo horário de funcionamento. Relativamente á Segurança Social, inicialmente, com os dois funcionários que ficaram, optaram pela solução de manter em funcionamento duas ou três vezes por semana, acabando por encerrar definitivamente, contra a vontade da Câmara, que sempre se manifestou contra o seu encerramento. -----

----- **EMPREITADA DE RECONSTRUÇÃO DE AÇUDE JUNTO ÀS POVOAÇÕES DE GALAXOS E VÁRZEA – Trabalhos a mais imprevistos / Ratificação:** Foi presente uma proposta do Senhor Vice-Presidente, a qual se dá por transcrita para todos os efeitos legais e fica arquivada em pasta anexa à presente ata, desta fazendo parte integrante, referente ao assunto em epígrafe. -----

----- O Senhor Vereador José Carlos Pereira prestou alguns esclarecimentos relativamente a este assunto. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por maioria, com duas abstenções, dos Senhores Vereadores José Galrito e Osvaldo Gonçalves, aprovar a ratificação do despacho de aprovação dos trabalhos a mais imprevistos de 3 de setembro de 2012, nos termos do disposto no n.º3 do art.º68º da Lei 169/99, de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002, de 11 de janeiro.-----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do n.º 3 do art.º 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei n.º 5 –A, de 11 de janeiro, para efeitos do n.º 4 do referido artigo. -----

----- **CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE – EMISSÃO DE PARECER – Requerente: José Olegário Maio Faustino / Ratificação:** Foi presente o processo em apreço para efeitos de ratificação do despacho proferido pelo senhor Presidente, datado de 6 de agosto de 2012. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o referido despacho. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do n.º 3 do art.º 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei n.º 5 –A, de 11 de janeiro, para efeitos do n.º 4 do referido artigo. -----

----- **CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE – EMISSÃO DE PARECER –**

**Requerente: José Olegário Maio Faustino / Ratificação:** Foi presente o processo em apreço para efeitos de ratificação do despacho proferido pelo senhor Presidente, datado de 6 de agosto de 2012. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o referido despacho. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do n.º 3 do art.º 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei n.º 5 –A, de 11 de janeiro, para efeitos do n.º 4 do referido artigo. -----

----- **CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE – EMISSÃO DE PARECER –**

**Requerente: Manuel Sobral Jorge Correia Maltez:** Foi presente um requerimento de Ana Bruno e Associados – Sociedade de Advogados, solicitando parecer para efeitos do disposto do artigo 54º da Lei n.º 91º/95º de 2 de setembro, alterada pela Lei n.º 165/95 de 14 de setembro e pela Lei 64/2003, de 23 de agosto, relativamente à constituição em regime de compropriedade dos seguintes prédios: -----

----- Prédio misto com matriz rústica n.º72 secção n.º6 e matriz urbana n.º2248 com 169,240 m2 e 50 m2 respetivamente, sito em Posto do Vascão. -----

----- Prédio rústico com matriz n.º1 e secção n.º8, com 129,620 m2, sito em Curral do Rio. -----

Ambos em nome de Manuel Sobral Jorge Correia Maltez, e que se destinam, segundo informações do requerente, para fins agrícolas. -----

----- Os referidos prédios serão compostos por 2 (dois) compartes, cabendo ½ a Manuel Sobral Jorge Correia Maltez e ½ a Inês de Castro Amaro Ruella Ramos, nos termos da informação prestada pelo requerente. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, emitir parecer favorável, face à declaração do requerente e à informação da Divisão de Obras, Planeamento e Gestão Urbanística, Equipamentos, Ambiente e Serviços Urbanos. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do n.º 3 do art.º 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei n.º 5 –A, de 11 de janeiro, para efeitos do n.º 4 do referido artigo. -----

----- **AÇÃO SOCIAL ESCOLAR – APOIO À ALIMENTAÇÃO - ALUNOS DO 2º E**

**3º CICLO – Ano letivo 2012/2013:** Foi presente uma proposta do Executivo, a qual se dá por transcrita para todos os efeitos legais e fica arquivada em pasta anexa à presente ata, desta fazendo parte integrante, referente ao assunto em epígrafe.

----- O Senhor Vereador Osvaldo Gonçalves interveio, para de seguida apresentar uma declaração de voto sobre este ponto, uma vez que a proposta apresentada não contempla o que havia sido acordado. -----

----- O Senhor Vereador José Carlos Pereira usou da palavra, referindo que “ *na última reunião em que este assunto foi abordado, ficamos de analisar todos os detalhes para efetuar os cálculos necessários, e verificar se seria possível avançar até ao final do ano, e se havia verba disponível para o 2º e 3º Ciclo, pois com base na Lei dos Compromissos, é necessário cumprir regras, e verificamos que com a verba disponível até ao final do ano, só poderíamos avançar com a alimentação, a partir de janeiro de 2013 já seria possível avançar com o apoio socioeconómico (60€ por aluno) e o subsídio para uso coletivo (300€ por turma), uma vez que se dá início ao novo ano económico, e para se poder aprovar a proposta na sua totalidade, tem de haver cabimento para a mesma.*” -----

----- O Senhor Presidente usou da palavra referindo que “ *quando foi sugerida esta proposta, nós dissemos que já estávamos a trabalhar no assunto, e que, posteriormente, apresentaríamos uma proposta conjunta, havendo concordância da vossa parte. Não é muito ético estarmos a apresentar uma proposta conjunta, e posteriormente apresentar uma declaração de voto, referente à mesma. Das duas uma, ou estamos de boa-fé, e apresentamos uma proposta conjunta, e votamo-la por unanimidade, ou então, apresentamo-la nós, e os Senhores votam como bem entenderem.*” -----

----- O Senhor Vereador José Galrito usou da palavra e referiu que “ *este assunto foi trazido à reunião de Câmara no dia 11 de julho, quando foi apresentada a proposta para a ação social escolar ao 1º ciclo, e nós propusemos que a ação social escolar, fosse alargada ao 2º e 3º Ciclo, exatamente com as mesmas condições do 1º Ciclo. Ao que o Senhor Presidente*



*respondeu que já tinham pensado nisso, e que se estava a trabalhar nesse sentido. Na reunião seguinte voltámos a abordar o assunto, e foi-nos dito que estavam a trabalhar na proposta e ver se tinham verba para cabimentar esta ação. No mês de agosto não se fizeram reuniões, e agora os senhores apresentam esta proposta apenas para a alimentação, não tendo sido esta a nossa proposta. Pergunto se de julho até agora não se podia ter feito uma alteração orçamental em função ao número de alunos existente. O nosso objetivo é que os alunos sejam beneficiados tal como os do 1º Ciclo, 300€ por turma e 60€ por aluno, não me parece que seja um valor tão elevado. Pergunto, não podem haver alterações orçamentais, para retirar dinheiro de uma rubrica e colocar noutra? E se se justificar, porque não fazer uma reunião extraordinária da Assembleia Municipal? Estamos a falar do futuro das crianças do nosso concelho! E se já estavam a trabalhar no assunto, porque é que não trouxeram logo a proposta? Parece-me que o que está aqui em causa não é a proposta conjunta, mas sim o facto de termos sido nós a sugerir a proposta, e até parece que ficaram incomodados quando nós a apresentamos e querem agora apresenta-la como sendo vossa, o que para mim é politiquice.”---*

*----- O Senhor Vereador José Carlos Pereira usou da palavra referindo que “ não vos passe pela cabeça que nós não queremos o melhor para os nossos alunos! Segundo me recordo, foi justificado que o apoio não foi alargado de imediato ao 2º e 3º Ciclo, porque apenas tínhamos em orçamento os apoios ao 1º Ciclo. O orçamento começa a fazer-se no mês de outubro do ano anterior, e em outubro do ano passado, ainda não tínhamos pensado nisto, não estando portanto contemplado em orçamento. Quando surgiu a crise e as dificuldades das famílias, começamos a pensar sobre o assunto, e foi o que nós justificamos na reunião de julho. O que está em causa neste momento é a verba disponível até dezembro, que só contempla a alimentação para o 2º e 3º Ciclo. A partir de janeiro, com o novo orçamento já se pode avançar com o apoio na totalidade, como atrás referi. O ano letivo vai de setembro a junho e o ano económico de janeiro a dezembro, portanto são coisas distintas. Existe aqui uma questão de legalidade, não podemos comprometer o que quer que seja, sem ter verba disponível. E já que surgiram dúvidas, e uma vez que se tratava duma proposta conjunta, porque é que não nos pediram esclarecimentos? Não foi de bom senso da vossa parte.” -----*

----- O Senhor Vereador Osvaldo Gonçalves usou da palavra referindo que “ *a questão que se levantou aqui, foi que, os senhores nem sequer quiseram ouvir a nossa declaração, pois receiam que nós possamos ter algum protagonismo com esta situação, e o que nos levou a apresentar a declaração de voto, foi o facto de termos proposto algo que depois não se verificou na proposta apresentada.*” -----

----- O Senhor Presidente interveio referindo que “*é muito mais ético que os senhores sugiram uma alteração à proposta para que possamos entrar num acordo consubstanciado numa proposta conjunta, a isso chama-se ética politica.*” -----

----- O Senhor Vereador José Galrito usou da palavra e referiu que “ *esta questão da ética politica, por vezes deixa-me um pouco arrepiado, o que está aqui em causa é que fomos nós, a 11 de julho, que abordamos este assunto com uma proposta, e agora os senhores não querem que nós tenhamos este protagonismo politico, e querem apresentar uma proposta conjunta, para não ficarem dissociados, por questões politicas.*” -----

----- O Senhor Vereador José Carlos Pereira usou da palavra referindo que “ *a proposta não pôde vir completa por uma questão técnica e financeira, já foi explicado, e julgo que já ficou claro. Todos temos a mesma opinião, é apenas uma questão de timing, e de protagonismo de quem apresenta a proposta, a Câmara de Alcoutim é composta por um executivo, quem somos nós os cinco!*” -

----- O Senhor Vereador Hugo Barradas usou da palavra e sugeriu, no âmbito da proposta de apoio social escolar, e uma vez que a escolaridade obrigatória é até ao 12º ano, que fosse atribuída uma ajuda financeira a todos os alunos do Concelho que frequentam o ensino secundário. -----

----- Proposta aceite por unanimidade. -----

----- A Proposta supramencionada, referente à **Ação Social Escolar – Apoio à alimentação e atribuição de auxílios económicos aos alunos do 2º e 3º Ciclo e Ensino Secundário – Ano Letivo de 2012/2013**, foi aceite e subscrita por todos os membros do Executivo, tendo em vista o pagamento do valor não participado pelo Ministério da Educação relativo ao almoço das crianças e jovens que frequentam o 2º e 3º Ciclo, no ano letivo de 2012/2013, diretamente, mediante mapa mensal dos fornecimentos, ao Agrupamento de Escolas do Concelho de Alcoutim. A cabimentação para o ano económico de 2013 da despesa relativa à atribuição de um auxílio económico coletivo a cada turma do

2º e 3º Ciclo, no valor de 300€, perfazendo um total de 3.000€. A cabimentação para o ano económico de 2013 da despesa relativa à atribuição de um auxílio económico individual no valor de 60€ aos alunos do 2º e 3º Ciclo, num total de 7.200€, e a cabimentação para o ano económico de 2013 da despesa relativa à atribuição de um auxílio económico individual no valor de 70€ aos alunos do Ensino Secundário, o que perfaz um total de 4.270€.

Deliberação aprovada em minuta nos termos do n.º 3 do art.º 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei n.º 5 –A, de 11 de janeiro, para efeitos do n.º 4 do referido artigo.

**PEDIDOS DE APOIO FINANCEIRO:**

**ADECMAR – ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO ETNOGRÁFICO E CULTURAL DE MARTIM LONGO:**

Foi presente uma proposta do Senhor Presidente, a qual se dá por transcrita para todos os efeitos legais e fica arquivada em pasta anexa à presente ata, desta fazendo parte integrante, com vista à atribuição de apoio financeiro para o concurso “Aromas e Sabores com Figo-da-Índia”.

Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, atribuir uma comparticipação financeira no valor de € 600,00 (seiscentos euros) à Associação “ADECMAR”.

Deliberação aprovada em minuta nos termos do n.º 3 do art.º 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei n.º 5 –A, de 11 de janeiro, para efeitos do n.º 4 do referido artigo.

**SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ALCOUTIM:** Foi presente uma proposta do Senhor Presidente, a qual se dá por transcrita para todos os efeitos legais e fica arquivada em pasta anexa à presente ata, desta fazendo parte integrante, com vista à atribuição de apoio financeiro para apoio para receção de emissões televisivas.

Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, atribuir uma comparticipação financeira no valor de € 5.171,80 (cinco mil, cento e setenta e um euros e oitenta cêntimos) à Santa Casa da Misericórdia de Alcoutim.

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do n.º 3 do art.º 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei n.º 5 –A, de 11 de janeiro, para efeitos do n.º 4 do referido artigo. -----

----- **GRUPO DESPORTIVO DE ALCOUTIM:** Foi presente uma proposta do Senhor Presidente, a qual se dá por transcrita para todos os efeitos legais e fica arquivada em pasta anexa à presente ata, desta fazendo parte integrante, com vista à atribuição de apoio financeiro para apoio das atividades desportivas enquadradas nas festas de Alcouthim. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, atribuir uma comparticipação financeira no valor de € 1.700,00 (mil e setecentos euros) ao Grupo Desportivo de Alcouthim. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do n.º 3 do art.º 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei n.º 5 –A, de 11 de janeiro, para efeitos do n.º 4 do referido artigo. -----

----- **ASSUNTOS DIVERSOS:** -----

----- **CLUBE DE CAÇADORES VALE LARGO SANTA JUSTA: PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXA – Licença especial de ruído para espetáculos - Ratificação:** Foi presente um pedido de isenção de pagamento de taxa referente à licença de ruído para espetáculos, para as Festas de Santa Justa, que se realizaram nos dias 17, 18 e 19 de agosto do corrente ano. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar a isenção do pagamento da taxa, nos termos do n.º2 do artigo 10º do Regulamento e Tabela de Taxas, Tarifas, Preços e Licenças deste Município. ----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do n.º 3 do art.º 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5 –A, de 11 de Janeiro, para efeitos do n.º 4 do referido artigo. -----

----- **ASSOCIAÇÃO MAGIC CROCODILE: Pedido de Isenção de Taxa; Licença especial de ruído para espetáculos:** Foi presente um pedido de isenção de pagamento de taxa referente à licença de ruído para espetáculos, para Festival Free Flow 2012. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, isentar o pagamento da taxa, nos termos do n.º2 do artigo 10º do Regulamento e Tabela de Taxas, Tarifas, Preços e Licenças deste Município. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do n.º 3 do art.º 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei n.º 5 –A, de 11 de janeiro, para efeitos do n.º 4 do referido artigo. -----

----- **PROJETO ALCOUTIM – APROVAÇÃO DE PROTOCOLO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE ALCOUTIM, A ASSOCIAÇÃO ALCANCE E A UNIVERSIDADE DO ALGARVE:**

Foi presente uma proposta do Senhor Presidente, a qual se dá por transcrita para todos os efeitos legais e fica arquivada em pasta anexa à presente ata, desta fazendo parte integrante, referente ao assunto em epígrafe. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, nos termos do artigo 67.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º5-A/2002, de 11 de janeiro, aprovar o presente protocolo, e nos termos da alínea b) do n.º4 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, aprovar a atribuição de um subsídio à Associação Alcance, no montante total de 33.226,65€, enquanto entidade promotora, do projeto, de modo a suportar despesas gerais com a implementação e desenvolvimento, sendo pago no início do projeto, no ano de 2012, o valor de 8.430,78€ e o valor remanescente, 24.795,77€ a pagar durante o mês de janeiro de 2013. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do n.º 3 do art.º 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei n.º 5 –A, de 11 de janeiro, para efeitos do n.º 4 do referido artigo. -----

----- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:** Não se realizaram intervenções. -----

----- **ENCERRAMENTO DA REUNIÃO:** - E nada mais havendo a tratar, pelo Excelentíssimo Senhor Presidente foi encerrada a reunião, pelas doze horas e quarenta minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Assistente Técnica da Câmara Municipal de Alcoutim, que a redigi. -----

O Presidente

A Secretária